

11/07/2024

APEOESP

61

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

BÔNUS: **MAIS UM** **ATAQUE** **À NOSSA** **CATEGORIA!**

*Menos de 40 mil servidores, de 767 escolas, em 21
Diretorias de Ensino receberão algum valor*

*Somente nossa unidade e mobilização, em direção à
greve da categoria e do funcionalismo, poderão coibir
tantos ataques e desrespeito*

Secretaria de Comunicação

Além de não pagar o piso salarial nacional, nem mesmo na forma ilegal de abono complementar (contra a qual a APEOESP ingressa anualmente na Justiça), o governo Tarcísio/Feder dá um passa-moleque nas professoras e professores ao pagar o chamado "bônus resultado" para uma parcela ínfima da categoria.

A APEOESP sempre denunciou o bônus como uma enganação e sempre reivindicou que o dinheiro seja aplicado em reajuste salarial para todas e todos. Dessa vez, porém, o governo bolsonarista de São Paulo se superou.

De acordo com análise da Subseção DIEESE/CEPES da APEOESP, a previsão é de que em torno de 39,2 mil servidores, de 767 escolas, em 21 Diretorias de Ensino, recebam algum valor a título de bônus. Ou seja, a absoluta maioria dos professores e professoras nada receberá.

Utilizando critérios destinados a reduzir ao máximo o número de benefícios, o governo estabelece metas a serem atingidas - como se as escolas fossem fábricas ou outras atividades empresariais - criando balizadores difíceis de serem alcançados, não por culpa dos professores, mas em decorrência das péssimas políticas educacionais aplicadas pelo próprio governo.

Ou seja, o governo Tarcísio/Feder sonega aos professores e estudantes as condições adequadas ao ensino-aprendizagem, aplica a chamada "plataformização" do ensino e utiliza os maus resultados decorrentes desse deliberado rebaixamento da qualidade do ensino para justificar a não concessão de valores decentes de bônus, devido ao não atingimento das metas. Trata-se de uma política cruel de destruição da educação pública estadual.

A resposta da nossa categoria será a unidade, mobilização e disposição para lutar, demonstrando ao governo que não aceitamos tanto desrespeito, tantos ataques, tanta desvalorização.

A direção do Sindicato cumpre seu papel de representar, pressionar e

negociar, além de acionar o judiciário sempre que possível e necessário. Os conselheiros e as conselheiras, nas instâncias da entidade, formulam políticas e dirigem as subsedes. Porém, é das escolas, na base da nossa categoria, que se constroem movimentos e greves que podem forçar o governo a vir à mesa de negociação e atender nossas reivindicações.

Vamos iniciar o segundo semestre nos mobilizando nas escolas, nas cidades, nas regiões, em direção a uma greve que se torna cada vez mais necessária, mas que, para ser vitoriosa, precisa contar com a decisão e a adesão consciente de cada integrante da nossa categoria. As subsedes devem desde já buscar o diálogo com demais entidades do Magistério, funcionários, estudantes, movimentos sociais nas regiões, pois os ataques aos nossos direitos afetam diretamente a qualidade da Educação. O mesmo movimento será feito em âmbito estadual.

MAIS UMA VITÓRIA CONTRA ESCOLAS-QUARTEL. DESTA VEZ EM BARRETOS

A APEOESP conquistou mais uma liminar na Justiça contra a implementação de escolas-quartel. Desta vez, a vitória foi em Barretos, onde a prefeitura pretende implantar o Programa de Escolas Cívico-Militares.

Além de diversas vitórias em diferentes municípios, a APEOESP luta contra o Programa Estadual de Escolas Cívico-Militares que 52 deputados que apoiam o governo Tarcísio/Feder aprovaram em maio na Assembleia Legislativa sob forte repressão da Tropa de Choque da Polícia Militar. O Ministério Público Federal e a Advocacia Geral da União já divulgaram pareceres pela inconstitucionalidade da lei. Em todas as escolas e nas comunidades, devemos conscientizar e organizar essa luta.